

**HABEAS CORPUS Nº 364.546 - RN (2016/0197640-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : LUCILENE AVELINO DA SILVA  
**ADVOGADO** : PATRICH LEITE DE CARVALHO - AC003259  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**PACIENTE** : LUCILENE AVELINO DA SILVA

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. *WRIT* NO QUAL SE ALMEJA A EXTENSÃO DA DECISÃO QUE DEU PROVIMENTO AO RECURSO DE CORRÉU, PARA REDUZIR A PENA-BASE (ARESP n. 221.172/RN). PROCEDÊNCIA. IDENTIDADE NA FUNDAMENTAÇÃO EMPREGADA. EXCLUSÃO DE TRÊS VETORIAIS NEGATIVAS. REDUÇÃO PROPORCIONAL DA PENA.  
Ordem concedida nos termos do dispositivo.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Lucilene Avelino da Silva**, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, nos autos do processo n. 0209202-41.2007.8.20.0001.

Sustenta a impetração que a paciente ostenta situação idêntica ao do corréu Anderson Gadelha de Paiva, beneficiado com o acolhimento do AREsp n. 221.172/RN, sendo de rigor a extensão dos efeitos da decisão proferida naquele recurso.

Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 178/182).

É o relatório.

A ordem merece concessão.

Ao dosar a pena da paciente, o Juízo processante fixou a pena-base em dois anos acima do mínimo legal, ao seguinte fundamento (fl. 97):

[...]

**Lucilene Avelino da Silva** (TISSIA):

(89)atendendo a sua culpabilidade no que concerne à intensidade do dolo,

à consciência que demonstrou da reprovabilidade de sua conduta e a deliberada realização do tipo, apesar de consciente do impedimento legal;

(90) os antecedentes criminais;

(91) Não há elementos suficientes para analisar a conduta social e personalidade do(a) sentenciado(a);

(92) a motivação do delito resultante da sua cupidez;

(93) As circunstâncias e conseqüências do delito, notadamente que sua participação registrou-se que sempre colaborou com o marido, assumindo os negócios depois da morte deste;

(94) e, pelo potencial lesivo à sociedade derivado do seu comportamento reprovável, fixo a pena-base, pelo tipo previsto no Art. 35, caput, da Lei 11.343/06, em 5 (cinco) anos de reclusão e 850 (oitocentos e cinquenta) dias-multa. Ausentes atenuantes ou agravantes.

Presente a causa de aumento prevista no art. 40, V, da Lei 11.343/2006, e considerando a culpabilidade já analisada elevo a pena em um sexto, tornando-a definitiva, em 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 991 (novecentos e noventa e um) dias-multa, frente a ausência de outras circunstâncias legais, causas de aumento e diminuição de pena, e estabeleço o dia-multa no valor correspondente a um trigésimo do salário mínimo.

[...]

Ao estipular a pena do corréu Anderson Gadelha de Paiva, o Juízo processante sopesou o seguinte (fl. 92)

[...]

**Anderson Gadelha de Paiva:**

(19) atendendo a sua culpabilidade no que concerne à intensidade do dolo, à consciência que demonstrou da reprovabilidade de sua conduta e a deliberada realização do tipo, apesar de consciente do impedimento legal;

(20) os antecedentes criminais;

(21) Não há dados que permitam a este juízo analisar a conduta social ou a personalidade do acusado;

(22) a motivação do delito resultante da sua cupidez;

(23) As circunstâncias do delito que mostram que o sentenciado ao se associar com os demais acusados fez gerar uma estrutura criminosa de poder considerável de disseminação de entorpecentes;

(24) e, pelo potencial lesivo à sociedade derivado do seu comportamento reprovável, fixo a pena-base, pelo tipo previsto no Art. 35, caput, da Lei 11.343/06, em 5 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 900 (novecentos) dias-multa. Ausentes atenuantes ou agravantes.

Presente a causa de aumento prevista no art. 40, V, da Lei 11.343/2006, e considerando a culpabilidade já analisada elevo a pena em um sexto, tornando-a definitiva, em 06 (seis) anos e 05 (cinco) meses de reclusão e 1.050 (mil e cinquenta) dias multa, frente a ausência de outras circunstâncias legais, causas de aumento e diminuição de pena, e estabeleço o dia-multa no valor correspondente a um trigésimo do salário mínimo.

[...]

Cotejando a fundamentação lançada na dosimetria da pena de Lucilene e de Anderson, verifica-se que há identidade na avaliação da **culpabilidade**, dos **motivos e consequências do crime**

Ocorre que, no julgamento do AREsp n. 221.172/RN, no qual figurava como agravante Anderson Gadelha de Paiva, o então Relator, Ministro Ericson Maranhão, concluiu pela inexistência de fundamentação idônea para a negatização de tais vetores (fl. 159):

[...]

Como visto, a pena-base foi fixada em 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses de reclusão, considerando-se como desfavorável a culpabilidade, os motivos e as consequências (art. 59 do CP), sem fundamentação idônea e concreta a autorizar maior apenação, utilizando-se de elementos inerentes ao tipo penal, razão pela qual devem ser afastadas tais circunstâncias.

[...]

Assim, a paciente também deve ser beneficiada com aquela decisão, nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal, sendo de rigor a exclusão de **três vetoriais negativas do cálculo da pena-base**, exclusão essa que culmina na redução proporcional da pena-base para 3 anos e 6 meses de reclusão.

Mantidos os demais vetores da dosimetria da pena, a pena fica estabelecida, definitivamente, em 4 anos e 1 mês de reclusão, além do pagamento de 860 dias-multa.

Diante da primariedade da paciente e do *quantum* da pena, fixo o regime inicial semiaberto.

Ante o exposto, **concedo** a ordem, a fim de redimensionar a pena imposta à paciente para 4 anos e 1 mês de reclusão, em regime inicial semiaberto, além do pagamento de 860 dias-multa (Ação Penal n. 001.07.209202-6, 9ª Vara Criminal de Natal/RN).

Considerando que a paciente cumpre a pena em Rio Branco/AC

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

(Processo n. 0020603-15.2008.8.01.0001), officie-se ao Juízo da Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas de Rio Branco/AC, encaminhando-se o inteiro teor da decisão.

Publique-se.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

